

CRISTIANO DESCONSI\*

SELEÇÃO SOCIAL NOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO PRIVADOS – ENTRE A NECESSIDADE E  
DISPENSABILIDADE DE MIGRANTES

**Resumo:** Este artigo trata da seleção social dos agricultores em projetos de ocupação conduzidos por empresas colonizadoras privadas. Em cada momento histórico, os agentes da colonização desencadeiam estratégias para compor o grupo de famílias de agricultores para ocupar as novas áreas, estabelecendo um tipo desejado e indesejado na formação e condução dos projetos. No início do século XX no Rio Grande do Sul foram construídos os primeiros projetos de ocupação conduzidos por empresas privadas e posteriormente, estas bases foram utilizadas nas ocupações do oeste catarinense, oeste do Paraná, leste do Paraguai e recentemente no norte do Mato Grosso. O deslocamento para dentro e para fora dos projetos de colonização é seletivo e instaura sobre os migrantes, uma visão utilitarista, estabelecendo critérios de necessidade ou dispensabilidade dos mesmos no desenvolvimento dos projetos.

**Palavras-chave:** Colonização, migração, seletividade.

**Abstract:** This paper deals with the social of farmers in land occupation projects carried out by private colonizing companies. In each historical moment and new spatial context, colonization agents make use of strategies in order to make up the group of farming families in the new areas, defining a desired and an undesired “type” in forming and conducting the projects. In the early 20th century, in the state of Rio Grande do Sul, in Brazil, had the first occupation projects led by private companies and, later, these foundations were used in the occupation of western Santa Catarina state, western Paraná state, eastern Paraguay, and recently, northern Mato Grosso state. The moving in and out of the colonization projects is selective and instates on the migrants a utilitarian view, setting criteria of need or needlessness of these farmers in developing such projects.

**Keywords:** Colonization, migration, selectivity

## Introdução

*“Estamos seguindo o que meus pais e meus avós começaram quando saíram do Rio Grande do Sul para o Paraná nos anos 40” (Lorival Santini, assentado).*

---

\* Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ, sociólogo e consultor técnico do Ministério de Desenvolvimento Agrário.e-mail. cristiano.desconsi@consultor.mda.gov.br

No Brasil, a política de ocupação do território, baseada em propriedades familiares parcelares e conduzida por empresas privadas, foi gestada desde o início do século XX nos estados do Sul. Dentre os destaques de áreas consideradas prioritárias para estas políticas de ocupação estariam “regiões ainda em fase de ocupação, carentes de desbravamento, povoamento e colonização, que também foram definidas como áreas pioneiras.

Em 1965, o Estatuto da Terra<sup>1</sup> estabeleceu a base legal da política de ocupação das áreas de fronteira e definiu colonização como “toda a atividade, oficial e particular, que se destine a promover o aproveitamento econômico da terra, pela sua divisão em propriedade familiar ou através de cooperativas” (IANNI, 1979, p. 57). Nas décadas de 1970 e 1980 predominam os projetos de colonização conduzidos pelas empresas privadas que vão estruturar os fluxos inicialmente entre os estados do Sul, depois para o Centro-Oeste e Norte do país (SANTOS, 1993; IANNI, 1989). De alguma forma, estes projetos construíram um novo ordenamento fundiário no caso do Mato Grosso, realocando populações existentes e estabelecendo, nas mesmas áreas, outras.

Uma das questões que permeia os projetos de colonização privados é a seletividade na formação dos agentes da colonização, em geral, agricultores/colonos oriundos de outras regiões, que são “atraídos” para estas áreas. A experiência histórica demonstra que esse processo é seletivo e molda condições de necessidade e dispensabilidade das famílias de agricultores que migraram e assim, pouco tempo depois, o processo gera novos deslocamentos em direção à novas fronteiras, muitas vezes para novos projetos de colonização. Surge como tema a questão das migrações de agricultores como questão social e histórica e a necessidade de análise acadêmica. No estudo sobre migração enquanto processo social, primeiro parte-se da perspectiva dos atores (migrantes) compreendendo suas trajetórias no meio social onde as encontramos, sua interação com os contextos sócio-históricos e as forças estruturais e outros vetores que interferem no processo migratório (SILVA; MENEZES, 2006).

O presente artigo expõe uma análise sobre como são compreendidas as famílias de agricultores do sul do Brasil no âmbito dos projetos de colonização privados<sup>2</sup>. Para tal, o foco são exatamente os contextos sócio-históricos dos processos de ocupação de microrregiões

---

<sup>1</sup> Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 e Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966.

<sup>2</sup> O arcabouço de informações e análises utilizadas para a reflexão neste artigo é oriundo da pesquisa que deu origem a dissertação de mestrado intitulada: A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso: um estudo a partir das trajetórias dos migrantes do Sul para a microrregião do Alto Teles Pires.

por onde as trajetórias migratórias de um grupo de 25 famílias, hoje residentes no norte do Mato Grosso e seus ascendentes perpassaram. A reocupação das regiões de fronteira agrícola no estado do Mato Grosso se constituiu, em grande medida, pelos migrantes sulistas que vão atuar agentes de transformação destas novas regiões. Como ponto comum, todas as famílias analisadas são oriundas dos projetos de colonização, desenvolvidos no norte e noroeste do Rio Grande do Sul, ou oeste de Santa Catarina – as chamadas áreas “das colônias”.

Mesmo que estejamos analisando, neste trabalho os grupos familiares que se deslocam, compreendemos que estes o fazem em meio a uma trama de relações sociais que envolvem outros migrantes, não migrantes e também a chamada: comunidades de espectadores, que permanecem nos locais de origem, mas conectados através das redes sociais (SAYAD, 1998). Para analisar esse deslocamento, tomamos a família (casal mais os filhos que migram conjuntamente) como categoria analítica e suas gerações anteriores. A análise do deslocamento geográfico, geralmente concebida em termos nativos como deslocamento da família, lançou mão da noção de trajetória (BOURDIEU, 1996) que não se reduz a um sentido puramente geográfico.

É importante salientar que temos consciência da heterogeneidade da construção histórica dos locais de origem no Sul do Brasil. Não é objetivo, apurar todas essas peculiaridades, mas sim, delinear as rupturas e continuidades presentes no processo histórico de ocupação do sul em direção ao oeste do Brasil, tomando como centralidade a experiência narrada e vivida por 25 famílias e suas ascendência.

### **“Colonos” e “Cablocos” nos projetos de colonização do sul do Brasil**

A migração do Sul para o Mato Grosso tem como principais locais de origem o norte e noroeste do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudeste e sudoeste do Paraná. Estes espaços geográficos são onde se localizam “as colônias”, constituídas a partir de projetos de colonização empreendidos no século XX sobre uma área cuja vegetação natural era constituída de florestas<sup>3</sup>. Essas áreas onde se estruturam as formas de ocupação da terra baseadas na pequena propriedade parcelar eram também as áreas onde estavam dispersas

---

<sup>3</sup> Zarth (1997) utiliza-se de definições analíticas do território do Sul do Brasil dividido em áreas de florestas e áreas de campo nativo. As primeiras são onde vai se constituir o campesinato envolvendo as áreas desde o norte e noroeste do Rio Grande do Sul até o sudoeste do Paraná; já as áreas de campo nativo são onde estavam há mais de dois séculos as estâncias, ou seja, as fazendas de gado.

populações de “lavradores nacionais” e “caboclos”<sup>4</sup>. Desta forma, abordar a construção social do campesinato do Sul é analisar a distinção cultural e econômica presente entre os colonos (descendentes de europeus, italianos, alemães e poloneses, especialmente) e os caboclos ou lavradores nacionais (associados aos indígenas e negros) (GEHLEN, 1998). Ao fazer menção a este critério cultural é importante considerar que a questão racial é acionada como critério distintivo de forma eufemizada. Mesmo assim não pretendo considerá-lo como o único aspecto, mas perceber como ele se associa às dimensões políticas e econômicas que vão construir um “tipo idealizado” e o “tipo indesejado”, compreendendo os modos de vida e as estratégias de produção agrícola desenvolvidos por estes grupos como critérios de diferenciação no processo histórico.

Nestas regiões, o Estado desencadeou um processo de ocupação através de empresas colonizadoras privadas<sup>5</sup> (cito o Vale do Rio Uruguai no Rio Grande do Sul, e o oeste de Santa Catarina). Estas sociedades privadas priorizaram, em seus projetos, um “tipo” de agricultor para ocupar os lotes parcelares. Renk (2000), em seu estudo sobre o oeste de Santa Catarina constata este fato:

A eficácia do projeto colonizador requereu o agente humano, cujo modelo foi o do descendente de europeu, vindo das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Este é um aspecto que traz similitudes com a ideologia da colonização européia no país tendo como protagonistas os colonos trabalhadores, os “construtores do progresso e da civilização”. A exclusão dessa camada populacional encontrou justificativa e legitimação na ideologia da colonização, no modelo do colono que conviria a um “país de vocação agrícola” (RENK, 2000, p. 90).

Os ideólogos do progresso do país, desde o início do século XX, haviam definido os agentes sociais prioritários para desenvolver o país, sob as bases da modernização. Este ideário foi adotado pelas empresas colonizadoras privadas nas regiões noroeste e norte do Rio Grande do Sul e, ainda, oeste de Santa Catarina que, em geral, não permitiram a entrada dos lavradores nacionais no acesso jurídico à terra, mesmo àqueles que dispunham de recursos financeiros para tal<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Utilizo neste texto os termos caboclo ou lavrador nacional e colono de forma genérica, sem pretender atribuindo-lhes uma identidade precisa, até porque são observados no debate somente alguns elementos constituintes destes grupos.

<sup>5</sup> Segundo Seyferth (1993, p.03), “não importa muito se as colônias eram particulares ou oficiais, pois o modelo de ocupação era um só para todas: visava a implementação de um sistema fundiário que privilegiava a pequena propriedade familiar, recebida por compra, a prazo, em terras públicas, sob controle da legislação e do Ministério da Agricultura. O objetivo principal era o povoamento do território com pequenos produtores rurais, preferencialmente imigrantes europeus”.

<sup>6</sup> Gehlen (1998, p. 130) indica que [...] alguns caboclos queriam comprar, mas não concebiam a terra facilmente. “A preferência era sempre dos colonos que chegavam”. (E. Z) A instalação dos colonos nestas áreas vai, isto

Este ideário, aos poucos se torna “estrutura incorporada” (BOURDIEU, 1979) no *habitus* dos colonos e ex-colonos, que, de modo geral, passaram a advogar-se construtores do “progresso, narrando e registrando as sagas e seus feitos e revendo movimentos em suas auto-homenagens” (RENK, 2000, p. 15). Em todos os municípios do Sul do Brasil, de onde partiram vários dos migrantes hoje residentes no Mato Grosso, verifica-se em relatos orais ou escritos, esta saga enaltecendo o progresso construído por famílias de imigrantes, também chamadas de pioneiras, alicerçados no trabalho aplicado à natureza, que, transformada, passará a produzir riquezas. A precariedade das condições vividas nos primeiros anos nos lotes coloniais, como falta de infra-estrutura (estradas, escolas, créditos e canais de comercialização) “dimensionam uma realidade que, mais tarde, seria acionada como símbolo étnico, do pioneirismo, dos primeiros ocupantes da região e a eficácia do seu trabalho” (SEYFERTH, 1992, p. 03).

Esta priorização vai contribuir para fortalecer a distinção entre os colonos (*de origem* europeia) e os “outros”, cuja denominação mais usual nestas regiões era de “caboclos”, “brasileiros”, ou ainda, “bugres”. Vai ainda contribuir para construir um espaço social já projetado desde a colonização, que se manifesta no espaço geográfico com áreas destinadas segundo o “tipo” *de origem* (alemã, italiana) e segundo a religião praticada (católicos e protestantes) (RENK, 2000). O discurso que legitimava esta prática esteve embasado na ideia de evitar conflitos e supostos contatos diretos com o “diferente”, assim como fortalecer a diferenciação e a distinção evitando a “mistura” e o acabocamento<sup>7</sup> dos colonos.

Seyferth (1992), no estudo sobre as comunidades teuto-brasileiras em Santa Catarina, indica a formação de um campesinato baseado na pequena propriedade fundiária e na produção familiar policultora, que formaram comunidades em meio aos inúmeros problemas vivenciados que tiveram que enfrentar com sua própria organização esta situação. Woortmann (1984) considera o colono uma categoria construída historicamente com formas distintas quanto ao; acesso à terra, ou seja, baseado no pequeno lote, na colônia, e; no trabalho familiar empregado para o sustento do grupo doméstico e na construção e acumulação de patrimônio (ou capital), objetivando a reprodução da geração seguinte. Este processo se daria sob a autoridade patriarcal que controla a terra e o trabalho. Além disso, a indivisibilidade do lote, devendo pertencer somente a um filho, constituía parte das

---

sim, considerar os caboclos como intrusos, seja pelos próprios colonos, seja pelos agentes do Poder Público e responsáveis pelos projetos.

<sup>7</sup> A noção de acabocamento tinha por base a idéia de que, se dispostos os colonos junto com os caboclos, estes poderiam ir assimilando os costumes e “vícios” destes, com destaque à preguiça e ao nomadismo.

estratégias de reprodução do colono. O restante da prole deveria, tradicionalmente, buscar novas áreas de terra para gerar novo ciclo de reprodução em novas unidades familiares (WOORTMANN, 1984; SEYFERTH, 1992).

Ocorre advertir que os atores encontrados no Mato Grosso são oriundos de comunidades de origem caracterizadas por serem formadas a partir de projetos de colonização, que desde o início construíram um ordenamento do espaço geográfico, analisando distinções socioculturais (religião, etnicidade) e condição econômica inicial<sup>8</sup>. Estas comunidades, com estes elementos identitários em comum, em meio à precariedade das condições dispostas nestes projetos de ocupação, fortalecem uma sociabilidade, assim como estratégias de reprodução familiar baseadas no conflito diante de outros grupos socioculturais distintos (RENK, 2000; TEDESCO, 1999; GREGORY, 2008).

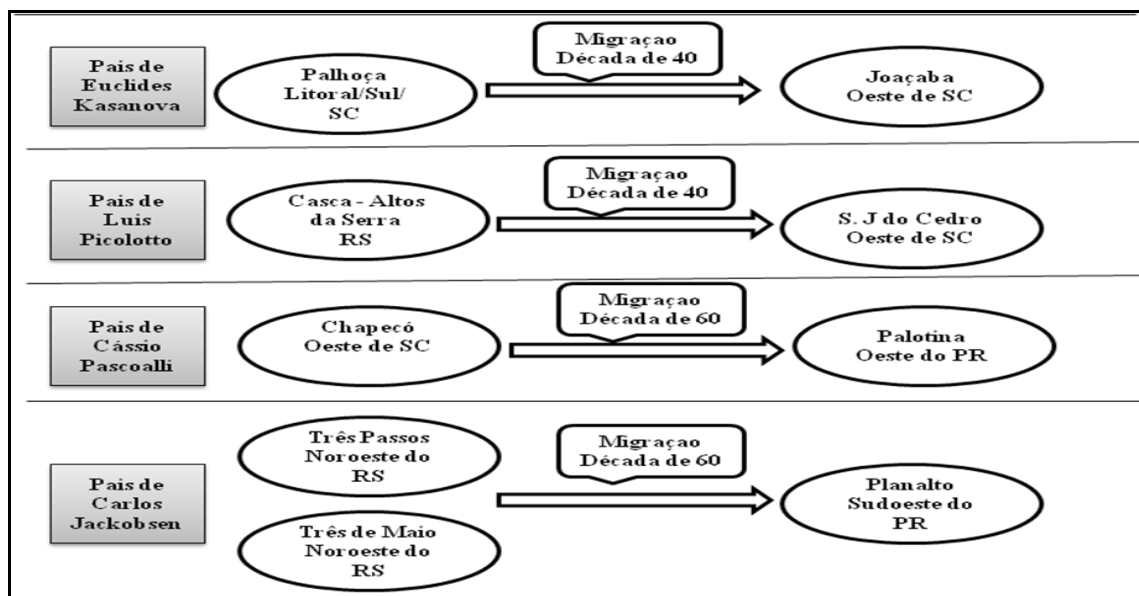
Conforme os períodos históricos, as novas fronteiras foram sendo colonizadas, e assim de alguma maneira redirecionam os fluxos migratórios. Assim, esgotadas as terras devolutas<sup>9</sup> no norte e noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, a “marcha” nos anos 40 a 70 está na fronteira do oeste e sudoeste do Paraná. As famílias estudadas que têm o seu ponto de origem demarcado como oeste de Santa Catarina, oeste e sudoeste do Paraná, verifica-se que são produto da construção de um espaço social iniciado na geração anterior, com a migração dos seus pais, que saíram das colônias mais ao Sul. Nos Quadros 1 e 2 destacamos a origem da geração anterior (pais), evidenciando um fluxo decorrente do Sul marchando rumo ao oeste:

---

<sup>8</sup> Houve um período histórico em que, permeados pela ideologia da construção da identidade nacional, os agentes estatais da época criaram mecanismos de inclusão nos projetos coloniais dos camponeses brasileiros. Dois exemplos disso ocorreram na colonização de Santa Rosa, e Ijuí no Rio Grande do Sul. Destaca-se que esta inclusão continuou a segregar espacialmente em meio a linhas e córregos, os grupos sociais com base nos seus *habitus* e formas de fazer agricultura. De alguma maneira, isto acarretou reforço nos mecanismos de distinção já vigentes, ao se tentar transformar estes camponeses brasileiros em colonos modernos aos moldes do tipo idealizado.

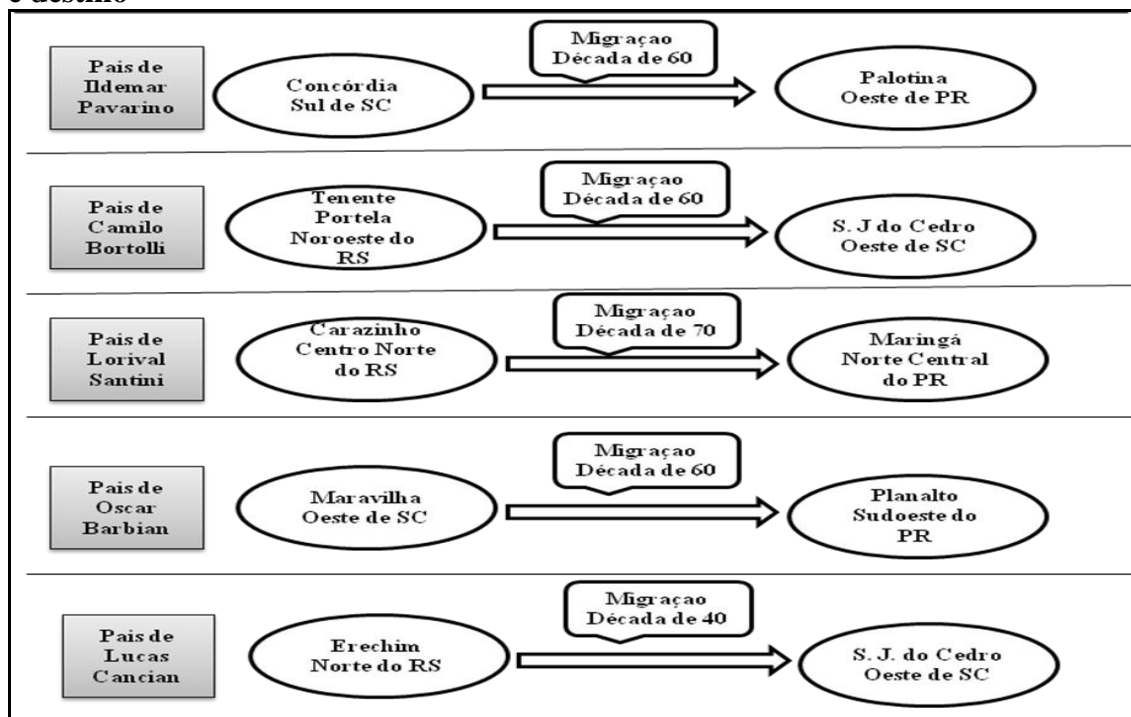
<sup>9</sup> Gregory (2008) chama a atenção sobre esta questão de esgotamento de fronteira e de que “não havia mais disponibilidade de terras”, observando que a estrutura fundiária do latifúndio sub-usado não foi alterada, e que correspondia na época a 72% do território gaúcho. Por isso, fazemos uso dos termos “escassez de terras devolutas”.

**QUADRO 01 - Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino**



Fonte: Elaborado pelo autor.

**QUADRO 02 – Migração da geração anterior (pais), segundo período, locais de origem e destino**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme Roche (1969), 80.000 pessoas migraram do Rio Grande do Sul para outros estados em 1934. Em 1940, as indicações deste autor apontavam no Estado de Santa Catarina 76.394 rio-grandenses e mais 14.800 no Paraná. Em 1950, o total de rio-grandenses em outros estados chegava a 205.576, dos quais 98% eram agricultores. Estes dados podem ser

associados às trajetórias migratórias da geração anterior (pais) apresentado nos Quadros 1 e 2, principalmente quando observamos a década em que ocorreu a migração. No caso do Paraná, o destaque ao grande fluxo de migrantes está centrado nas décadas de 50 e 60, com leve diminuição a partir da década de 70. Esta diminuição não significa que este fluxo de agricultores, cuja origem são os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não se mantenha relevante. O principal fator que leva a esta diminuição em relação às duas décadas anteriores é que, após a década de 70, a migração para a fronteira do Cerrado Brasileiro e Amazônia é incentivada e promovida por um conjunto de políticas de Estado.

### **Os colonos na ocupação do oeste do Paraná e leste do Paraguai**

Compreender minimamente o processo de ocupação do sudoeste e oeste do Paraná é fundamental para enriquecer a análise da migração no Mato Grosso. Temos clareza de que o processo de ocupação por migrantes do Sul na fronteira do Paraná apresenta especificidades locais, mesmo dentro desta microrregião definida aqui como Oeste; da mesma forma, não estaremos aprofundando o processo de ocupação do Sudoeste deste estado. Propomos aqui uma breve análise histórica da estruturação do espaço social com ênfase na preocupação com a seleção dos colonos, promovida e planejada pelos agentes administradores e planejadores das empresas colonizadoras.

O Paraná é o primeiro estado que terá ações desencadeadas no Projeto “Marcha para o Oeste”, instituído pelo governo Vargas em 1943<sup>10</sup>. Os sentidos deste projeto, visavam principalmente questões de segurança nacional e, para tal, havia a necessidade de ocupação e controle do território, seguidos de um sentido econômico que visou a produção de alimentos e matérias-primas, destacando que no pós-guerra o país ascende no processo de industrialização e urbanização e, conseqüentemente, potencializa o mercado consumidor. No caso da fronteira oeste, o destaque está na década de 50 quando o governador do estado do Paraná, Bento Munhoz Lupion se comprometeu com o governo de Getúlio Vargas em desencadear o processo de colonização daquela região. Dentre as ações empreendidas pelos órgãos estatais responsáveis, a principal ação foi a concessão de terras públicas a grupos da iniciativa privada (empresas colonizadoras) que, sob regência do plano, se tornam agentes primordiais da colonização.

---

<sup>10</sup> Para mais detalhes sobre o Projeto Marcha para Oeste, ver Souza (2001, p.22-35) e Santos (1993, p 23-45).



A experiência atribuída aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina se refere especialmente à venda de terras, ao desenvolvimento e ocupação do espaço geográfico com base na pequena propriedade particular policultora, e à seleção dos imigrantes para a colonização incentivando colonos descendentes da imigração europeia do século XIX, foi a base das estratégias de ocupação no estado do Paraná. Entram em cena novamente, a produção das distinções acionando o elemento do trabalho enquanto valor-moral e a distinção étnica – os colonos = *com origem* e os “outros” = *sem origem*. O agente humano é considerado ponto-chave para desencadear o projeto de desenvolvimento pretendido com base numa policultura que produziria excedentes para a indústria. Selecionar no Sul os descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, ou seja, os grupos familiares, que de alguma maneira já haviam em parte sido produto (nas gerações anteriores) de processo de seleção nas antigas colônias. Mais do que isso, deveriam ser buscadas inicialmente aquelas famílias que alcançaram maior êxito, segundo esta visão de desenvolvimento, fator que poderia ser avaliado nas condições vividas por estes em suas propriedades e ou comunidades de origem.

As informações das empresas colonizadoras eram instrumentos para demonstrar para os que “iam conhecer”, pois, para estes possíveis migrantes, encontrar no novo espaço a ser construído elementos e pessoas de origem era um dos pontos apregoados na decisão de migrar. Havia, por parte destas empresas, uma preocupação em demonstrar que o investimento seria seguro, por isso o planejamento incluía infraestrutura de algumas casas de comércio e estradas, em meio aos lotes de 25 hectares cortados segundo as bacias hidrográficas de rios e córregos, além de projetos de vilas e núcleos urbanos constituídos de “quadras” com desenho de 100 x 100 metros, com dez lotes cada um e ao redor uma projeção de pequenas chácaras de 2,5 hectares onde deveria ser estimulada a produção de hortigranjeiros (GREGORY, 2008). O autor afirma que este planejamento prévio de todo o espaço, desde a divisão de lotes, vilas, estradas e serviços e locais de inserção das famílias migrantes, em muito influenciou a construção do espaço social destas regiões.

Interessante verificar quão grande são as semelhanças entre os projetos desenvolvidos no norte do Mato Grosso, neste aspecto. Isto reforça a afirmativa dos trabalhos de Souza (2001), Santos (1993) e Ianni (1979) sobre os projetos de colonização dirigida, considerando que os agentes (colonizadores e colonizadoras) em grande parte são oriundos do estado do Paraná e tiveram neste estado seu principal espelho para planejamento e execução. Isso tem implicações de seletividade, de descarte, de rejeição em relação aos “não adequados para a

colônia” (GREGORY, 2008, p. 121). Da mesma forma que acontece nas décadas recentes, no caso do Mato Grosso, as avaliações das comunidades de origem sobre migrar ou não em cada período histórico, também foram presentes neste caso do Oeste do Paraná. Havia, a partir do Plano de Colonização do Paraná, a construção social de um “tipo” idealizado de migrante, observando uma ideia de superioridade aos descendentes de imigrantes europeus, calcados sob a égide da ideologia do trabalho.

Os supostos “outros”, no caso da fronteira do Paraná, a partir de um rápido olhar histórico. A economia do oeste do Paraná, bem como do território oriental do Paraguai, girava em torno das atividades de extração de madeira, produção de erva-mate, hortelã e, mais tarde, da penetração da economia cafeeira. Os produtos desta economia dominada por empresários e latifundiários da região eram escoados via fluvial pelo rio Paraná alcançando os mercados da Argentina e outros países europeus. Na margem desta grande produção voltada para o mercado, estavam grupos de camponeses e indígenas que viviam em sistema semelhante ao descrito neste trabalho sobre os caboclos no Sul do Brasil. Estes grupos sociais formavam o contingente de mão de obra que sustentava estas formas de exploração citadas. Circulavam para além das divisas nacionais hoje presentes entre países, por isso era comum, nas companhias de exploração situadas no oeste do Paraná, a presença destes camponeses e indígenas “do outro lado”, trabalhando como obreiros e assim passam a ser designados como “paraguaios”. Mais que uma designação que remete a um local de origem e moradia, “paraguaios” refere-se a um grupo social, cujo *habitus* se constrói sob outras representações do trabalho, da família ou ainda das formas de acesso à terra. Do ponto de vista dos agentes sociais em posições superiores estes trabalhadores eram “necessários” no cumprimento de uma função, ou seja, no trabalho braçal sem o qual as atividades desenvolvidas neste período do início do século XX, não poderiam avançar (SOUCHAUD, 2007).

Nos projetos de colonização levados a cabo naquela região, após a década de 40, eles serão designados oficialmente como os “intrusos” e grupos sociais não desejáveis na perspectiva de serem os agentes principais no processo de ocupação - “bugres” e “paraguaios”.

Na priorização dos migrantes oriundos das regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, as estratégias de recrutamento variavam segundo os responsáveis diretos pela colonização, as empresas privadas. A empresa colonizadora Maripá, por exemplo, utilizava uma estratégia um tanto engenhosa, visando à seleção social das famílias das antigas áreas

coloniais e, assim, evitar aventureiros e especuladores de outras ordens. Ao invés de divulgação massiva via meios impressos e rádios, ou redes de corretores, esta empresa buscava, através de redes personalizadas atuantes no ramo comercial nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sócios da empresa que se caracterizavam por circular as diversas regiões destes estados devido ao seu trabalho. Estes agentes conheciam as famílias e faziam o chamamento de forma pontual observando sua reputação no local e disponibilidade de recursos.

A estratégia prévia de que, a partir deste conjunto de “bons migrantes” seriam atraídos outros, com a ideia que qualidade, atraiu qualidade. Trata-se de um *habitus* comum que continuará a ser expresso nas décadas posteriores, pelos próprios migrantes, que introjetaram este espírito de superioridade que produz e estabelece a segregação.

Nos locais de destino, ou nas novas etapas na trajetória há uma busca por construir o espaço social. Um novo “outro” passa a fazer parte, de alguma maneira, do cotidiano. Analisando alguns elementos do caso da família Pascoali, que tem em sua trajetória etapas migratórias no oeste do Paraná, assim como uma etapa constituída pela migração para o Paraguai (1971-1985), o relato aponta os estranhamentos presentes até hoje, quando fazem referências aos “nativos” destas regiões:

Porco Dio!<sup>11</sup>Na ocasião, o brasileiro lá era muito discriminado. O paraguaio era muito racista. Muito racista. Mas como o brasileiro é insistente e tem vontade de vencer, nós encarava tudo o que vinha pela frente. Então ali nós roçava mato ali. Tudo povo do Paraná, Marechal Cândido Rondon, e por ali. Só brasileiro. Que o paraguaio mesmo não trabalha (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/08).

Os “paraguaios”, a que se refere o entrevistado, trata-se de grupos de camponeses que em muito se aproximam dos caboclos presentes dos estados do Sul do Brasil. Sua similitude também se relaciona ao modo de vida e de reprodução social cujo prisma se baseava no acesso livre à terra. Nesta narrativa, o informante aciona especialmente o elemento de distinção associado ao trabalho. A concepção de trabalho, como força aplicada à natureza sobre a mata bruta, vai desta forma se transformar em riqueza. A mata desta região e o solo são abundantes em fertilidade natural, assim, ao ter acesso à terra, quanto maior for o sacrifício empreendido através do trabalho familiar, maior será a possibilidade de “progredir”.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Palavrão – comumente evocado pelos colonos italianos.

<sup>12</sup> Zart (1998) aponta que o mito do trabalho alemão renasce no Paraguai. Observa que no momento em que as colonizadoras conduzem as levas de camponeses para o Paraguai, tomaram dois cuidados especiais: “dar prioridade aos descendentes germânicos, e depois através de longas conversas convencê-los de que iriam

Este processo de ocupação, em grande parte conduzido pelos agentes responsáveis pela colonização, forma o meio social que de alguma maneira mantém suas relação com os locais de origem, fato que pode ser verificado analisando o fluxo migratório para esta região nas décadas posteriores. O fluxo, construído a partir dos projetos de colonização teve, nas décadas de 50 e 60, seu auge nos deslocamentos vindos do Sul, como vimos anteriormente<sup>13</sup>.

Conforme Souchaud (2007), compreender a ocupação da parte oriental do Paraguai por colonos oriundos do Brasil remete a observar os interesses políticos e econômicos que confluíram nas décadas de 50 e 70, tanto de parte dos governos do Brasil como do Paraguai. De parte do Brasil, esta região da tríplice fronteira era considerada de segurança nacional, tanto que a cidade de Foz do Iguaçu era uma colônia militar. Este interesse na fronteira oeste passa pelo plano de reocupação já apontado anteriormente. Mais que isto, o sentido do controle do território passa cada vez mais por instrumentos econômicos, sociais e políticos. O olhar sobre esta região nestas décadas pelo Estado brasileiro observa principalmente o potencial energético do rio Paraná, que depois se transforma na Usina Hidrelétrica de Itaipu, e as vastas áreas de florestas situadas no lado do Paraguai, vasta área considerada improdutiva, e portanto, como possibilidades de integração política, econômica e social a partir da implantação de uma agricultura com base na modernização como já havia se ensejado no lado brasileiro.

Nesta época favorecidos pelos órgãos estatais, inicia-se a “entrada” de especuladores e compradores de terras nesta região. Entram nesta época as colonizadoras rurais e os primeiros colonizadores que serão os encarregados de lotear as glebas. Estes empreendimentos vão constituir uma rede de instrumentos e meios modernos de divulgação e publicidade no Brasil, a partir de margens das principais ruas, enaltecendo a riqueza natural, associando a promessa de fortuna aos migrantes que tivessem boa vontade (SOUCHAUD, 2007). A trajetória de Cássio Pascoali e outros agricultores brasileiros está inserida neste contexto de “entrada” no Paraguai nesta época:

Bom, pra começar nós compramos um pedaço de terra lá, que na época a terra lá valia ouro. Compramos 15 alqueire de terra cada. E nós era em 22 famílias. Gente bem mais estudada fazia a propaganda e nós entramos neste jogo. Pagamos toda a terra pro dito fazendeiro. Era tipo uma gleba tinha 200 alqueires. Daí 15 dias o cara

---

ensinar aqueles preguiçosos paraguaios e a negrada brasileira, que estava lá pra trabalhar” (apud WAGNER, 1990).

<sup>13</sup> Os dados de imigração do oeste do Paraná apontam para a predominância dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que respectivamente, correspondem no período de 1975-1980, a 32,65% e 22,26%, totalizando o percentual de 54,91% (cfe RIPPEL, 2005).

vinha pra trazer os documentos. Fomos na vila o cara deu um recibo de pagamento que foi o que nos conformou. Um pagou tudo outro faltava um pouco, mas em geral praticamente tinha pagado tudo. E se acarquemos a derrubar mato (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/08).

A propaganda “de gente mais estudada” está situada exatamente no conjunto de especuladores e corretores de imóveis que agiam nos dois lados da fronteira, e por estes os grupos de familiares vão procurar adquirir a gleba de 200 alqueires. Neste caso uma imobiliária do município de Assis Chateaubriand, oeste do Paraná. A gleba foi comprada em conjunto de 22 famílias e parcelada objetivando formar uma pequena comunidade. Eram famílias “trabalhadoras” de municípios do Paraná, eram todos “filhos” de famílias oriundas das colônias, inclusive Cássio Pascoali, que migrou junto com seus pais (ver quadro 01) de Nonoai para Palotina. A alegria de ter comprado um pedaço de terra não foi duradoura para as 22 famílias, pois compraram uma área cujos documentos eram falsos:

Cristiano - As 22 famílias eram do Paraná mesmo?

Do Paraná mesmo. Tudo povo de Marechal Cândido Rondon, Palotina e por ali. Povo do Paraná. Só brasileiro (...) Tá. Lá pelas tantas quando tinha derrubado uns 15 alqueires, tinha cavado o poço, que lá o poço é cavado de 18 a 20 metros de profundidade. Outro dia chega uma camionete. (...)O cara disse, mas vocês compraram isso aqui? Sim dissemos, compremos. Têm documento? Ele disse, olhem infelizmente vocês compraram a área errada. Porque eu tenho o documento. (...) Resolvemos levar o cidadão na delegacia. Levamos lá e aí lá se chamava o comissário a autoridade. Igual o inspetor daqui do Brasil. Verificou e: *No esto es el dociumento legal. “Este cidadón compro todo el gaño. E ustedes ah, no sei o que a vamo facer com ustedes”* (Cássio Pascoali, assentado, 19/06/08).

O proprietário, que requereu reintegração de posse da gleba apresentando documentação diante do grupo de famílias, também era um brasileiro. Um brasileiro empresário que pretendia investir na cafeicultura e assim recrutaria “seu povo lá do Paraná”. O café como atividade econômica fazia parte das culturas de interesse do governo paraguaio. Diante disto, este fez concessões de área de terra a grupos brasileiros para esta exploração. Há uma diferença interessante neste caso que, ao pensar em café, foram concedidas terras à empresas das regiões do café no Brasil, ou seja, situadas no norte do Paraná. O passo seguinte foi o parcelamento das áreas para vendê-las aos agricultores brasileiros, porém, o recrutamento nestes projetos priorizava agricultores do norte do Paraná que já desenvolviam atividade de cafeicultura.

Expulsas da terra, as 22 famílias não retornaram ao Brasil. Imediatamente, a estratégia adotada por todos foi de ir residir numa pequena vila naquela região, e “começar de novo”, ou seja, trabalhar como peões em fazendas e empresas de exploração das atividades mencionadas acima, ou para outros agricultores capitalizados instalados naquela

época, visando juntar algum recurso para, posteriormente, adquirir uma área de terra após alguns anos naquele país.

De fato, o casal após cinco anos de trabalho consegue se tornar naquele país proprietário de um lote de terras, sendo que uma parte foi adquirida e a outra foi direito de herança de Ildemar Pavarino, por condição do casamento. Este caso aponta duas estratégias de recrutamento e seleção de agricultores brasileiros; i) o do grupo das 22 famílias pelo corretor da imobiliária; ii) o caso do proprietário legítimo das terras no Paraguai, que recrutaria pequenos agricultores do café no norte do Paraná.

### **Aspectos da seleção social na colonização de sorriso, norte do Mato Grosso**

Conforme abordamos, até a década de 70, os deslocamentos dos colonos incentivados inicialmente pelos projetos de colonização alcançavam o oeste do Paraná e leste do Paraguai. Os governos militares vão se encarregar de levar adiante o projeto de ocupação dos estados brasileiros do Centro-Oeste e Amazônia, já iniciados desde a “Marcha para o Oeste”, na era Vargas. Assim, o Estado enquanto agente que leva a cabo esta modernização, constrói um conjunto de políticas de incentivo a este processo. Dentre as políticas de incentivo à ocupação destas novas fronteiras, o foco se volta para a atração de migrantes<sup>14</sup> das “colônias” do sul do Brasil (SOUZA, 2001; SANTOS, 1993).

Os projetos de ocupação das regiões do Centro-Oeste e Amazônia vão acionar e reforçar novamente o ideário da construção do progresso do país, desenvolvendo suas potencialidades agrícolas sob as bases da modernização. Se os projetos de colonização e políticas de incentivo são determinantes para a construção dos fluxos, é necessário compreender que estes projetos vão produzir o prolongamento das redes sociais existentes nos espaços de origem, as quais serão acionadas para, posteriormente, produzir a migração de outras pessoas e famílias. Isto, associado às propagandas dos projetos, às informações que circulavam via os migrantes que viajavam, e mais uma articulação empreendida pelas empresas de colonização privadas e suas redes de corretores de imóveis presentes em quase todas as principais cidades das regiões coloniais do Sul do Brasil, ampliavam a difusão da

---

<sup>14</sup> Os dados do período 1975-80 apontam o destino dos paranaenses para três estados onde estão nesta época sendo desenvolvidas políticas de incentivo oficiais para reocupação do território brasileiro, as novas fronteiras. Neste período os estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso correspondem, respectivamente, a 18,24, 13,53 e 19,97 do total dos emigrantes totalizando o percentual de 51,74%. No período de 1980 a 2000 decaí a migração rumo aos estados do Mato Grosso do Sul e Rondônia, mas chama a atenção a manutenção do fluxo para o estado do Mato Grosso, com pequenas alterações (RIPPEL, 2005).

ideia da migração. No bojo de toda esta rede institucional articulada entre o Sul e o Mato Grosso estava a busca, prioritariamente, de um “tipo” de migrante para os projetos de colonização.

O processo de ocupação do norte mato-grossense vai considerar em sua base, a experiência desenvolvida no Paraná. Isto se confirma quando observamos que muitas das empresas que ganharam concessões de terras para os projetos eram oriundas daquele estado. A empresa Colonizadora Sinop operou na região norte do Mato Grosso, onde hoje se localiza o município de Sinop – esta empresa já havia atuado no processo de ocupação no norte do Paraná<sup>15</sup>; a Colonizadora Feliz, de Sorriso, responsável pela condução das áreas que hoje compõem os municípios de Sorriso incluindo o distrito de Boa Esperança e o município de Feliz Natal,<sup>16</sup> teve seus proprietários oriundos do sudoeste do Paraná.

O ponto de partida para compreender a grande presença de “paranaenses” na participação da população do município de Sorriso remete à observação da origem destas empresas colonizadoras. As famílias proprietárias da colonizadora Feliz (e depois da empresa colonizadora Sorriso) desenvolveram estratégias de recrutamento em determinadas regiões do Sul. O sudoeste do Paraná, neste caso, é a principal microrregião, justamente por ser também a origem das famílias da colonizadora. Nestes termos, também se espalham mecanismos de propaganda e promoção de viagens com os interessados para conhecer e adquirir terras. O escritório da empresa localizado na cidade de Francisco Beltrão PR, e uma rede de corretores de imóveis espalhados por inúmeras cidades dos três estados do Sul do Brasil entram em cena e desencadeiam o “chamamento”. As primeiras famílias que migraram e compõem o grupo dos pioneiros do município de Sorriso (BORTONCELLOS; DIAS, 2003) têm esta origem no estado do Paraná. A tabela abaixo traz os dados da naturalidade por estado de Origem das pessoas ocupadas na agropecuária no município de Sorriso em comparação com o norte do Mato Grosso e o estado como um todo:<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> Para maiores informações sobre o processo de ocupação e desenvolvimento das áreas de Sinop e Alta Floresta em Mato Grosso, ver SOUZA. Sinop, *História, Imagens e Relatos: Um estudo sobre a Colonização de Sinop* – Dissertação de Mestrado em História UFMT, 2001.

<sup>16</sup> BORTONCELLOS Odila; DIAS Elisia Aparecida. *Resgate histórico do município de Sorriso: Portal do cerrado mato-grossense*, Cuiabá, Edu, 2003.

<sup>17</sup> Considerando-se PEA – População Economicamente Ativa.

**TABELA 01 – Estado de naturalidade das pessoas cuja atividade principal é a agricultura, pecuária, silvicultura e extração vegetal.**

Naturalidade por UF	Mato Grosso		Norte mato-grossense		Sorriso	
	Quant. Pessoas	%	Quant. Pessoas	%	Quant. Pessoas	%
Paraná	36751	15,9	29202	30	965	32,4
Santa Catarina	5859	2,6	4436	4,5	396	13,3
Rio G. do Sul	13101	6,7	7910	5,1	976	32,5
Outras UFs	175501	74,8	45656	39,6	571	21,9
<b>Total</b>	<b>231212</b>	<b>100</b>	<b>87304</b>	<b>100</b>	<b>2878</b>	<b>100</b>

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, ano 2000.

Ao estabelecer o comparativo entre a naturalidade das pessoas ligadas à agropecuária deste município, o norte mato-grossense e o estado do Mato Grosso, têm respectivamente, 78.2%, 39.6% e 25.2%. Ou seja, os dados apontam para uma predominância acima da média estadual e do norte do estado de pessoas cuja naturalidade está situada nos estados do Sul, dentre os quais ganha destaque o estado do Paraná. Uma das primeiras hipóteses está ligada à influência do projeto de colonização privada operado no município de Sorriso. A ocupação das terras e o posterior desenvolvimento de atividades agrícolas foram as atividades que mobilizaram a migração do Sul do Brasil. No que tange ao recrutamento desenvolvido pela Empresa colonizadora, indicamos a predominância de pessoas oriundas do Paraná, com 32.4% seguidas do Rio Grande do Sul com 32.5%. No entanto, um número que não dispomos aqui para análise é o número destes naturalizados em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que tiveram uma etapa migratória no Paraná, mesmo podendo apontar a partir do trabalho de campo a existência deste fato.

Beuter (2002, p. 169-171), em seu trabalho sobre colonização da área que pertencia ao projeto de Boa Esperança que mapeia 50 famílias consideradas por ele como pioneiras. Destas aparecem 29 famílias cuja naturalidade são municípios do norte gaúcho, seguidos de 10 famílias do oeste de Santa Catarina e sete do oeste do Paraná. Já quando observados os dados do autor referentes ao que chama de procedência (local onde residiam antes da migração para Boa Esperança), identificamos 19 casos dentre o total de 50 casos por ele mapeados, que constituem outras etapas migratórias onde ganham destaque o oeste catarinense e oeste paranaense além de algumas microrregiões do próprio Mato Grosso.

No distrito de Boa Esperança, em entrevista com algumas das famílias pioneiras, foi possível evidenciar estratégias de chamamento da empresa colonizadora que auxiliam na explicação desta predominância na naturalidade no norte do Rio Grande do Sul. Gilmar



Hummer relata que fora convidado e contatado por um corretor do município de Carazinho que o trouxe para ver as terras. Comenta ainda que haviam corretores em Passo Fundo, Ijuí e Santa Rosa que também faziam este trabalho. Desta forma, entender os processos empreendidos pelas colonizadoras privadas no Mato Grosso remete a pensar a relação construída com empresas corretoras de imóveis e os seus corretores localizados nas regiões do Sul do Brasil. Estes articulavam tanto a propaganda em meios de divulgação locais (jornais, rádios), mas acima de tudo empreendiam um chamamento de forma direta a determinadas famílias. O caso de um dos primeiros participantes do projeto da gleba que dá origem ao distrito da Boa Esperança indica uma distribuição espacial de corretores ligados às colonizadoras (Sorriso e Feliz) localizadas nas principais cidades do norte do Rio Grande do Sul:

Cristiano - Como o senhor veio e ficou sabendo?

Vim através da corretora que tinha lá, tinha em Ijuí, tinha em Carazinho, tinha em Santa Rosa. Ela tinha os corretores que procuraram a gente. Então ela mesmo contratava as empresas de ônibus pra vim pra cá (Gilmar Hummer, pioneiro, 16/06/08).

Cristiano - Então o senhor entrou em contato com o corretor. Mas ele era ligado aqui à colonizadora?

É, primeiro era colonizadora Sorriso, só que depois eles se separaram, aquela Feliz ficou com Sorriso, e o Alberto ficou com a colonizadora velha nesta parte de cá. Mas a colonizadora ainda tem terra aqui (Gilmar Hummer, pioneiro, 16/06/08).

Assim, o chamamento pontuava famílias *de origem*, cuja reputação nestas localidades pudessem influenciar outras famílias que migrariam posteriormente. Esta estratégia é semelhante àquela utilizada pela empresa Maripá no oeste do Paraná partindo da tese que “qualidade atrai qualidade”. Gilmar Hummer era considerado em sua localidade de origem Carazinho antes da migração, um “colono forte”, ou seja, possuía uma área de terras própria, desenvolvendo a agricultura mecanizada. Neste sentido observamos que, da mesma forma, outras famílias pioneiras mencionadas pelo entrevistado compuseram o grupo da primeira leva no projeto da Gleba Boa Esperança:

Cristiano - Teve outros que vieram nessa época?

Da localidade que eu morava não, mas têm de Sarandi, os Zanatta, teve de Marau os Zanella (Gilmar Hummer, pioneiro, 16/06/08).

Estes casos apontam para a relevância da rede dos corretores de imóveis no processo de recrutamento na região de Sorriso, da mesma forma que os estudos sobre os casos no oeste do Paraná e Paraguai também já haviam indicado. Trata-se de agentes estruturantes para compreender a articulação de projetos, venda de terras, recrutamentos, ou seja, são agentes conectados o Sul com estas regiões do Mato Grosso.

## **Migração, seletividade e mobilidade social**

Em todos os momentos históricos, o recrutamento considera os migrantes a partir de uma concepção “utilitarista”. “Migrantes são vistos do ponto de vista econômico como necessários ou dispensáveis” (SAYAD, 2000, p.50). A visão utilitarista sobre determinados grupos de migrantes imposta pelos agentes em posições sociais superiores envolvidos no processo migratório.

Os processos de seleção social inerente aos projetos de colonização desencadeados em diferentes momentos históricos apresentam alguns aspectos estruturais. Os mesmos grupos sociais podem, como vimos, ser considerados, por vezes necessários e vezes dispensáveis dependendo das condições históricas e trajetórias migratórias empreendidas. Mesmo não considerando que os fluxos podem ser contidos ou somente desencadeados, como algo totalmente controlável como de fato não o são, vale observar a construção destes mecanismos de seletividade que vão facilitar ou dificultar a possibilidade de determinados grupos de migrar ou permanecer nestes locais:

Afinal, um migrante só tem razão de ser, no modo provisório e é esta a condição que se espera dele; ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de sê-lo pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele (SAYAD, 2000, p. 55).

No âmbito dos estudos sobre os processos de ocupação da fronteiras, essas noções apontadas pelo autor são relevantes a partir do momento em que identificamos uma latente priorização de migrantes sulistas, que passarão a ocupar funções e espaços de poder, que permitem contribuir de forma decisiva no movimentos migratórios posteriores.

Os significados da migração presentes nos discursos atribuem aos “sulistas” a responsabilidade pela promoção do desenvolvimento, destacando que a promoção da migração destes agentes foi e continua sendo uma ação priorizada que compunha um projeto maior de desenvolvimento do Brasil em que o Estado teve um papel fundamental. Os migrantes do Sul mesmo considerando sua heterogeneidade nos discursos e práticas oficiais são consideradas os agentes necessários “para desenvolver”. Esta assertiva se reproduz desde os processos de ocupação desenvolvidos no início do século XX. Assim, verificam-se ações políticas que podem estimular ou conter as migrações. Os casos das migrações internas para o Cerrado e a Amazônia, promovidas pelo Estado através de políticas de colonização de novas terras, não foi adotada apenas no passado recente (pós-64). Mas, conforme trouxemos

algumas indicações, estas ações governamentais estão presentes ainda hoje, promovendo os assentamentos de famílias do centro Sul do Brasil na região Norte.

Na abordagem sobre os processos de ocupação das regiões do Sul de onde partiram ou por onde passaram as trajetórias das famílias identificamos a construção social de um “tipo” de migrante que, na medida em que segue seu percurso vai construindo um *habitus* em meio a distinções e ações objetivas que em alguma medida não esteve dissociado das políticas de incentivo a migração nas fronteiras agrícolas. Neste sentido, vale observar como estão operando alguns mecanismos de seleção social atualmente.

Em cada projeto de colonização, aparece como elemento simbólico a “ideologia da ascensão social” (BRITO, 2002), ou também definida em outros trabalhos sobre migração de colonos ou gaúchos para regiões da fronteira como “ideia do progresso” (SANTOS, 1993). Desta forma, a propaganda nos projetos de colonização privados acionou narrativas neste aspecto. Inerente ao processo migratório está a representação coletiva, que associa o ato de migrar à possibilidade de mobilidade social à melhoria das condições de vida que, conforme o grupo social está associada ao acesso ao trabalho (emprego e renda) e à terra como meio de vida. No caso do Mato Grosso esta busca é um aspecto não menos importante, na medida as trajetórias familiares apresentam um eixo central, que pode ser traduzido na busca coletiva (familiar) de mobilidade social.

No trabalho de campo desta pesquisa, foi recorrente ouvir nas narrativas a associação direta entre o migrar e a busca da mobilidade social. Questionando sobre as motivações da mudança para o Mato Grosso, as respostas eram: “vim pra ganhar dinheiro”, “queria ficar rico”, “aqui tinha mais espaço pra juntar patrimônio”. Pensar os fatores que mantêm acesa esta ideologia da ascensão social, nos termos de Brito (2002), remete à perspectiva teórica que coloca este tipo de representação associada a um universo objetivo vivido pelos agentes. Assim, é importante identificar aspectos sobre as representações e atributos sobre os migrantes que, apesar de carregarem um *habitus* comuns, a uma mesma origem, não ascenderam socialmente:

(...) para realizar esta colonização é necessário fazer uma seleção (n 31): assim, os gaúchos poderão servir de exemplo aos nordestinos que chegaram em grande número a Altamira, na Rodovia Transamazônica (n. 3,6 e 18) Mesmo que alguns desistam e voltem, a culpa é deles, pois “os erros devem ser procurados nas condições psicológicas, morais e intelectuais dos pioneiros” (n. 20): em última análise, são “vagabundos” e “vadios” esses colonos que voltaram das novas terras para o Sul (SANTOS, 1993, p. 84).

O estigma, que esteve e está presente no Sul do Brasil associado aos caboclos ou brasileiros, acaba sendo transposto para os próprios “sulistas” que, por inúmeras razões, não atingiram um nível de acumulação de patrimônio considerado adequado segundo o espaço social onde estão inseridos e por esta razão permanecem numa suposta condição de pobreza. Da mesma forma, as atribuições associadas ao insucesso estão relacionadas “aos que não permanecem” no local de migração no Mato Grosso (que retornaram para o Sul do Brasil, ou que migraram para “a frente”). Este estigma, que por tempos era reservado aos outros (não sulistas), de repente passa a ser atribuído a determinados grupos de migrantes do Sul que “não venceram”. Se a oportunidade foi dada a todos, via projetos de colonização e pelo potencial natural da região, o suposto sucesso poderia ter sido alcançado – assim se atribui mérito aos que acumularam mais patrimônio e culpabilidade pelo suposto “fracasso” aos demais.

Os projetos de ocupação conduzidos especialmente nas décadas de 70 e 80, apresentaram alto índice de famílias que retornaram para o Sul do Brasil. No próprio processo migratório, os agentes institucionais já haviam construído a ideia de fracasso àqueles que não permaneceriam nos locais de destino, ou seja, nos projetos de colonização.

## **Bibliografia**

BEUTER, Ivo. **Nova Ubitatã, Município:** Berço do Início da colonização do norte do Estado do Mato Grosso. Cuiabá: Futura, 2000.

BORTONCELLOS, Odila; DIAS, Elisia Aparecida. **Resgate histórico do município de Sorriso.** Portal do Cerrado Matogrossense, Cuiabá: 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Maristela de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral.** 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción.** Lisboa: Vega, 1979.

BRITO, Fausto. **BRASIL, Final de século:** A transição para um novo padrão migratório?, XII Encontro da ABEP, Caxambu. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br](http://www.abep.nepo.unicamp.br)>. Acesso em: 11 nov. 2007.

DESCONSI C. **A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso** – um estudo a partir das trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires, Rio de Janeiro, ICHS/UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade Estigmatizada e Cidadania Excluída: a Trajetória Cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso. **Os Caminhos da Exclusão Social**. Ijuí: UNIJUI, 1998.

IANNI, Otavio. **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

RENK, Arlene. **Sociodisséia às avessas**. São Catarina: Grifos, 2000.

RIPPEL, Ricardo. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. Campinas: Camp, 2005. (Tese de Doutorado).

ROCHE, Jean. **A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

SAYAD, Abdelmalek. – **A imigração – e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. **Retorno, elemento constitutivo do migrante**. nº especial São Paulo: Revista Travessia - Revista do Migrante, 2000.

SEYFERTH, Giralda. **Camponeses ou operários**: o significado da categoria colono numa situação em mudança. São Paulo: Revista do Museu Paulista USP, 1984.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade e cultura: A construção da identidade teuto-brasileira: In: Zarur G. – **Etnia e Nação na América Latina**, Vol. II., São Paulo, 1992.

SILVA, M.; MENEZES, M.. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Brasília: NEAD, 2006. Disponível em: <[www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes\\_Rurais\\_no\\_Brasil\\_velhas\\_e\\_novas\\_questoes.pdf](http://www.nead.org.br/memoriacamponesa/arquivos/leitura/Migracoes_Rurais_no_Brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2008.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografia de la migración brasileña em Paraguay**. Assunción: UNFPA, 2007. (Série Investigaciones – Población y Desarrollo).

SOUZA, Edson. **Sinop – História, Imagens e Relatos**: Um Estudo Sobre a Colonização de Sinop –. Assunción: UFMT, 2001. (Dissertação de Mestrado em História).

SANTOS, José Vicente Tavares Dos. **Matuchos**: Exclusão e Luta do Sul Para a Amazônia,. Petrópolis: Vozes, 1993.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, Trabalho e Família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: UPF, 1999.

WOORTMANN, Klass. “**Com Parente Não se Negoceia**”. Brasília: Unb, 1984. (Série Antropológica 69).

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: UNIJUI, 1997.

Artigo recebido em 16 de outubro de 2010.  
Artigo aceito em 08 de novembro de 2010.